



PARTE D

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Aviso n.º 3448/2018

Recrutamento por mobilidade, na categoria, de um Assistente Técnico para a Secretaria-Geral, Departamento Administrativo e Financeiro (DAF), área da Contabilidade

Carreira/Categoria: Assistente Técnico;
Remuneração: Posição remuneratória detida no lugar de origem, até à 4.ª posição remuneratória, nível 23 (€ 892,53);

Suplemento Mensal: € 173,27, valor correspondente à posição remuneratória supra identificada. O referido suplemento está previsto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 545/99, de 14 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2015, de 16 de setembro;

Relação Jurídica Exigida: CTFP por tempo indeterminado;
Habilitação Literária: 12.º ano de escolaridade;
Caracterização do Posto de Trabalho:

Utilização da aplicação informática na área da contabilidade (GeRFiP/SAP);

Registrar no GeRFiP NPD, cabimentos, compromissos e PAP's;
Receção e conferências de faturas;
Solicitar o registo de faturas à eSPap;
Registrar meios de pagamento no Gerfip;
Elaborar guias de reposição abatidas e não abatidas;
Registrar faturas de receita;
Controlar a arrecadação de receitas;
Elaborar informações e redigir ofícios ou outras correspondências a clientes e fornecedores;
Organização e arquivo de expediente da área financeira;
Gestão de stocks;
Gestão de imobilizado;
Elaborar e acompanhar processos no âmbito da aquisição de bens e serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos;
Efetuar reconciliações bancárias;
Elaborar o Mapa de origem e aplicação de Fundos Mensal (MOAF), para a Direção-Geral do Orçamento (DGO), bem como outros reportes.

Observações:

Método de seleção: Avaliação curricular complementada com entrevista.

Apenas serão convocados/as para a realização de entrevista os/as candidatos/as cujo *curriculum vitae* tenha sido objeto de avaliação mais favorável.

As candidaturas deverão ser obrigatoriamente instruídas com o *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, sem prejuízo de quaisquer outros elementos que o/a candidato/a entenda serem relevantes para apreciação do seu mérito.

No requerimento de candidatura devem constar os seguintes elementos: nome, naturalidade, data de nascimento, habilitações literárias, modalidade da relação jurídica de emprego público e serviço/organismo a que pertence, categoria detida, posição remuneratória e vencimento, morada, código postal, endereço eletrónico, telefone de contacto e identificação da presente oferta de emprego.

Envio de candidaturas para: tribunal@tribconstitucional.pt ou para o Tribunal Constitucional sito na Rua de “O Século”, n.º 111; 1249-117 Lisboa.

Data limite para a apresentação de candidaturas: dez dias úteis após a publicação do presente aviso no *Diário da República*.

7/3/2018. — A Secretária-Geral, *Ana Maria Neto*.

311191498

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Deliberação (extrato) n.º 316/2018

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura, de 06.02.2018, foi o Exmo. Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa, Dr. Fernando Correia Estrela, nomeado, em regime de acumulação de funções, como Ponto de Contacto da Rede Judiciária Europeia em Matéria Penal.

1 de março de 2018. — O Juiz-Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Carlos Castelo Branco*.

311173961

Despacho (extrato) n.º 2720/2018

Por despacho do Exmo. Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, de 27 de fevereiro de 2018, no uso de competência delegada, é o Exmo. Juiz de Direito, Dr. João Resende Neiva, desligado do serviço para efeitos de aposentação por incapacidade.

28 de fevereiro de 2018. — O Juiz-Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Carlos Castelo Branco*.

311170575



PARTE E

ISCTE — INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Despacho n.º 2721/2018

Por despachos de 19 de fevereiro de 2018 do Reitor do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa:

Mónica Ribeiro Moreira Pacheco Navarro — autorizada a manutenção do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, findo o período experimental, na categoria de professora auxiliar neste Instituto, com efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2018.

Lúisa Cristina da Graça Pardal Domingues Miranda — autorizada a manutenção do contrato de trabalho em funções públicas por tempo

indeterminado, findo o período experimental, na categoria de professora auxiliar neste Instituto, com efeitos a partir de 28 de maio de 2018.

2018.02.27 — A Administradora do ISCTE-IUL, *Teresa Laureano*.

311190055

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Aviso n.º 3449/2018

Na sequência de decisão favorável à sua acreditação prévia por parte da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior,